



PODER JUDICIÁRIO

1ª Vara Cível Federal de São Paulo

Avenida Paulista, 1682, Bela Vista, São Paulo - SP - CEP: 01310-200 <https://www.trf3.jus.br/balcao-virtual>

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) Nº 5022307-94.2025.4.03.6100

IMPETRANTE: _____

ADVOGADO do(a) IMPETRANTE: PAULO SERGIO UCHOA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO
SP180623

IMPETRADO: DELEGADO DA DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL (DERAT/SPO), UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

SENTENÇA

_____, devidamente qualificada na inicial, impetrou o presente Mandado de Segurança, com pedido liminar, contra ato coator praticado pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, objetivando provimento jurisdicional com a concessão de liminar, para determinar que a autoridade se abstenha de exigir da Impetrante a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, suspendendo a cobrança dos valores excedentes conforme o artigo 151, IV, do CTN. Ao final, requer-se a concessão definitiva da segurança, confirmando a liminar e reconhecendo o direito da Impetrante de excluir o ISS da base de cálculo dessas contribuições.

Narra, em síntese, que, é uma pessoa jurídica de direito privado que presta serviços veterinários, conforme seu contrato social, e está sujeita ao pagamento de tributos como PIS e COFINS.

Sustenta que o ISS, por sua natureza de tributo, não pode ser considerado como parte da receita ou faturamento, devendo ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 200.000,00.

A inicial veio instruída com documentos.

Foi proferida decisão que indeferiu a liminar (ID 419212593).

A União Federal ingressou no feito (ID 425567607).



Foram prestadas as informações pela autoridade impetrada quem em preliminar suscitou a necessidade sobrestamento em razão do TEMA 118 REPERCUSSÃO GERAL - RE 592.616/RS (ID 426112674).

MPF manifestou pelo prosseguimento do feito (ID 431280774).

Vieram os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

Decido.

Da preliminar de suscitada no tocante à Suspensão - Tema 118 do STF

Apesar do reconhecimento da repercussão geral no Tema 118 (RE 592.616), o julgamento ainda não ocorreu e não foi determinada a suspensão nacional dos processos. O Código de Processo Civil só exige a suspensão quando há decisão expressa do juízo que admite o recurso e ordena tal medida. No caso do RE 592.616/RS, o relator, Ministro Menezes Direito, não determinou a suspensão nacional, permitindo a tramitação regular dos processos.

Mérito

A controvérsia restringe-se à possibilidade de exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como à compensação dos valores pagos indevidamente, observada a prescrição quinquenal.

Da Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS

É pacífico o entendimento de que o PIS e a COFINS têm por base de cálculo a receita bruta da pessoa jurídica, conforme o artigo 195, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal, e a jurisprudência firmada pelo STF no RE nº 574.706/PR (Tema 69).

Embora esse precedente trate especificamente do ICMS, a ratio decidendi aplica-se, por analogia, ao ISS, considerando sua natureza de tributo indireto, não incorporado ao patrimônio do contribuinte, conforme reiteradamente reconhecido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

"TRIBUTÁRIO. BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS. EXCLUSÃO. ISS. PIS E COFINS. APLICAÇÃO DO RE Nº 574.706/PR. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. NÃO MODULAÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL NÃO PROVIDAS. APELAÇÃO DA IMPETRANTE PROVIDA.



- O Plenário STF, no julgamento do RE nº 574.706-PR, reconheceu que o valor arrecadado a título de ICMS não se incorpora ao patrimônio do contribuinte, não podendo integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS.
- O valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, e não o ICMS efetivamente pago ou arrecadado.
- A recente posição do STF sobre o descabimento da inclusão do ICMS na formação da base de cálculo do PIS/COFINS aplica-se também ao caso da inclusão do ISS, já que a situação é idêntica, devendo ser excluído todo o ISS apurado e devido pelo prestador do serviço.
- Reconhecido o direito de compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, após o trânsito em julgado da sentença ou acórdão proferido neste processo, em face do disposto no art. 170-A do CTN, instituído pela LC 104/2001.
- Nos termos do art. 74, da Lei 10.637/2002, a compensação poderá ser feita com débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observado o artigo 26-A, da Lei 11.457/2007.
- O regime aplicável à compensação tributária é aquele vigente à época do ajuizamento da demanda.
- Suficiente a comprovação da condição de contribuinte para o reconhecimento do direito de compensação através de mandado de segurança.
- Desnecessário o prévio requerimento administrativo.
- A correção do indébito deve ser aquela estabelecida no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aplicando-se a taxa SELIC, inclusive no que toca os juros moratórios.
- No que tange o ISS, incabível a aplicação analógica decorrente da modulação dos efeitos procedida pelo STF no julgamento do RE 574.706. A modulação dos efeitos, a par de ser atribuição exclusiva do E. STF, tratou especificamente do ICMS, considerando a data daquele julgamento, sendo certo que só a ele se refere. Enquanto não houver expresso pronunciamento da Corte Suprema a respeito da modulação de efeitos em relação ao ISS, de rigor a aplicação da regra geral contida no CTN, ou seja, a prescrição quinquenal.
- Remessa necessária e apelação da União Federal não providas. Apelação da impetrante provida."

(TRF 3ª Região, 4ª Turma, ApelRemNec - APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA - [5003232-50.2022.4.03.6108](https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25102113114476500000428026748), Rel. Desembargador Federal MONICA AUTRAN MACHADO NOBRE, julgado em 27/10/2023, Intimação via sistema DATA: 30/10/2023).



Dessa forma, assiste razão à impetrante no pleito de exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Da Compensação dos valores pagos indevidamente

Reconhecido o direito material, cabível também a compensação dos valores indevidamente pagos, conforme prevê o art. 74 da Lei nº 9.430/96, com as limitações do art. 26-A da Lei nº 11.457/2007.

No entanto, a compensação deve observar o prazo prescricional quinquenal, nos termos do art. 168 do CTN e da LC nº 118/2005, e somente poderá ser realizada após o trânsito em julgado, por força do art. 170-A do CTN.

Ao passo que a correção monetária deverá observar a taxa SELIC, que já contempla juros e atualização monetária (Súmula 411 do STJ).

Da restituição e via adequada

Quanto à restituição via precatório, nos termos do Tema 831 do STF, esta se restringe aos valores devidos entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem judicial. Não cabe restituição administrativa.

Cumprido observar, ainda, que o mandado de segurança não é a via adequada para se pleitear valores anteriores à impetração (Súmulas 269 e 271 do STF), mas assegura o direito à compensação do indébito reconhecido judicialmente.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **CONCEDO PARCIAL SEGURANÇA E JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE**, confirmo a liminar para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de exigir da impetrante as contribuições ao PIS e à COFINS, com a inclusão, em suas bases de cálculo, dos valores destacados pela autora em suas notas fiscais a título de ISS, com a consequente compensação dos valores indevidamente recolhidos nos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança, corrigidos pela taxa SELIC. A compensação deverá ocorrer após o trânsito em julgado, conforme os arts. 170-A do CTN, 74 da Lei nº 9.430/96 e 26-A da Lei nº 11.457/2007. A restituição dos valores eventualmente devidos somente poderá ocorrer mediante expedição de precatório ou RPV, conforme previsão do art. 100 da Constituição Federal, limitada ao período entre a impetração e a efetiva implementação da decisão judicial, nos termos do Tema 831 do STF. Por conseguinte, **JULGO EXTINTO** o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Custas ex lege.

Sem condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº



Sentença sujeita ao reexame necessário.

P.R.I.

São Paulo, data registrada no sistema.

MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI

Juiz Federal

